

Servidores do Ministério do Trabalho são presos no Rio

O Ministério do Trabalho e do Emprego abrirá processo administrativo para apurar e demitir funcionários da pasta envolvidos em fraudes no pagamento de seguro-desemprego e outras irregularidades em processos trabalhistas. A afirmação foi feita nesta terça-feira (4/4), na sede da DRT, pelo ministro da pasta Luis Marinho.

Investigações feitas pela Polícia Federal na chamada Operação Paralelo 251 divulgadas nesta terça-feira culminaram na prisão temporária de 55 dos 56 envolvidos. A ordem partiu da 4ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal.

A ação foi batizada assim porque os servidores públicos que fraudavam o pagamento do benefício reuniam-se no prédio de número 251, da Avenida Presidente Antônio Carlos, sede da representação regional do ministério.

O montante exato da burla ainda está sendo dimensionado. Mas sabe-se que os criminosos costumavam cobrar para homologar rescisões trabalhistas, além de receber propina por ocasião das fiscalizações trabalhistas, até para não realizá-las.

Há um ano e meio as irregularidades começaram a ser investigadas, inicialmente na Corregedoria do MTE, mas o ministro admitiu que a roubalheira começou há décadas. Apesar disso, Marinho fez questão de isentar parcela dos funcionários do ministério. “Felizmente, é uma minoria que macula a ação dos que trabalham com ética” enfatizou para, em seguida, elogiar os que não se entregam às ofertas de corrupção.

Ele garantiu que os envolvidos, provadas na Justiça suas culpas, serão sumariamente demitidos. Além de servidores de nível médio, as investigações apontaram o envolvimento de funcionários com formação superior, caso de auditores, que interferiam em negociações trabalhistas para tirar proveito pessoal.

Date Created

04/04/2006